

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014. **I) Desempenho Operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para emissão do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrados pela bandeira Verdecard, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 05 de Outubro de 2010 foi renovado o contrato de parceria entre a Financiadora com as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S/A com condições de Não Exclusividade com prazo de 05 anos de vigência e com possibilidades de renovação ao final deste. Após concluir a estruturação de suas operações a Financiadora passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. **II) Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/11, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S/A, possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 30 de Junho 2015. Adicionalmente a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do semestre. **III. Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento à Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financiadora estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financiadora. **IV. Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financiadora implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **V. Gerenciamento de Capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financiadora está definida com base na Resolução CMN 3988/2011 e prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **VI. Ouidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, onde estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução 3.849/10 do Bacen. Atualmente mantemos registrados todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria. Santo Cristo, 30/06/2015. **Wlmar Hammerschmitt** - Presidente. **Adelar José Diehl** - CONTADOR - CRC/RS 062617

Balancos Patrimoniais levantados em 30/06/2015 e 2014 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Fluxos de Caixa semestres findos em 30/06/2015 e 2014 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido semestres findos em 30/06/2015 e 2014 (Em milhares de reais)			
Ativo		Passivo e patrimônio líquido		Fluxos de caixa das ativ. operacionais		Saldos em 31/12/13		Capit. Soc.		Res. de lucr.	
2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	Legal	Total
Circulante	143.807	129.536	Circulante	12.826	61.489	Fluxo liq. antes do I.R. e contrib. social	3.068	2.967	23.288	869	-
Disponibilidades	448	409	Recursos aceites e emis. de tit. Recur. de aceites cambiais (Nota 7)	6.878	55.099	Ajustes por:	-	-	-	89	(89)
Títulos e valores mobil. e instrum. financ. derivat.	25.403	14.802	Outras obrigações	5.948	6.390	Constit. provis. p/ oper. cré. liq. duvid.	17.279	14.554	Destinação de lucros:	-	1.786
Carteira própria (Nota 4)	25.403	14.802	Cobrança e arrecad. de tributos e assenhalados	88	53	Depreciações e amortizações	151	136	Reserva legal	-	(1.697)
Operações de crédito	111.809	107.096	Sociais e estatutárias	1.251	854	Despesa de imposto de renda e contrib. social	2.025	1.181	Retenção de lucros	-	(1.697)
Sétor privado (Nota 5 (a))	119.134	113.180	Fiscais e previdenciárias	986	774	Saldos em 30/06/14	23.288	958	Mutações do semestre	89	-
Provisão p/oper. de crédito de liquidação duvid. (Nota 5 (d))	(7.325)	(6.084)	Outras obrigações - diversas (Nota 8)	3.623	4.709	Saldos em 31/12/14	23.288	1.100	Fluxo liq. do semestre	-	3.068
Outros créditos	6.147	7.229	Exigível a longo prazo	121.761	58.708	Destinação dos lucros:	-	-	Reserva legal	-	154
Outros créditos diversos (Nota 6)	6.147	7.229	Recursos aceites e emis. de tit.	121.761	58.708	Retenção de lucros	-	-	Retenção de lucros	-	(2.914)
Realizável a longo prazo	14.675	14.106	Recursos de aceites cambiais (Nota 7)	121.761	58.708	Saldos em 30/06/15	23.288	1.254	Mutações do semestre	154	-
Operações de crédito	14.443	13.850	Patrimônio líquido (Nota 9)	24.542	24.246	Caixa liq. proven. das/(utiliz. nas) ativ. oper.	23.394	12.893	-	-	154
Sétor privado (Nota 5 (a))	34.830	32.900	Capital	23.288	23.288	Fluxo de caixa das ativ. de investim.	(50)	(61)	-	-	-
Provisão p/oper. de crédito de liquidação duvid. (Nota 5 (d))	(20.387)	(19.050)	De domiciliados no país	1.254	958	Aquisição de imobilizado	(50)	(61)	-	-	-
Outros créditos	232	256	Reservas de lucros	-	-	Caixa liq. proveniente das ativ. de invest.	(50)	(61)	-	-	-
Outros créditos diversos (Nota 6)	232	256		-	-	Fluxo de caixa das atividades de financ.	(50)	(61)	-	-	-
Permanente	647	801		-	-	Pagamento dividendos	(3.112)	(1.840)	-	-	-
Imobilizado de uso	257	177		-	-	Caixa líquido utilizado nas ativ. de financ.	(3.112)	(1.840)	-	-	-
Imobilizado de uso	602	461		-	-	Variação liq. de caixa e eqív. de caixa	20.232	10.992	-	-	-
Depreciações acumuladas	(345)	(284)		-	-	Caixa e equivalentes de caixa			-	-	-
Intangível	390	624		-	-	No início do período	5.619	4.219	-	-	-
Intangível	1.170	1.170		-	-	No fim do período	25.851	15.211	-	-	-
Amortizações acumuladas	(780)	(546)		-	-	(Red.) / aum. de caixa e eqív. de caixa	20.232	10.992	-	-	-
Total do ativo	159.129	144.443		-	-				-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1) Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos (Financiadora) foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 05 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. Em 02 de julho de 2012 aprovou em Assembleia Geral a alteração da denominação social para Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. O processo de alteração foi aprovado em 24 de janeiro de 2013, conforme Ofício 500/2013-BCB/Deorf/GTPAL PL 1201561767 e a nova denominação social foi divulgada no mercado pela Financiadora a partir da homologação do registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul aprovado em 26 de fevereiro de 2013. As atividades operacionais da Financiadora têm por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFi, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando ampliar seu mercado de atuação anteriormente restritos, ao Grupo Quero-Quero com o qual possui contrato de parceria renovado em 05 de outubro de 2010 com as Lojas Quero-Quero S/A e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S/A com condições de não exclusividade com prazo de 05 anos de vigência, a Financiadora concluiu e implantou a partir de março de 2012 a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em, mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilidade, entre outras. Após concluir a estruturação de suas operações a Financiadora passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero que em 30 de junho de 2015 representam aproximadamente 24,7% (13,4% em 2014) das operações de crédito. **2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associados às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financiadora efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Em 21 de agosto de 2015, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data. **3) Descrição das principais práticas contábeis:** **a) Disponibilidades:** Disponibilidades são representadas por contas correntes. **b) Apuração de resultados:** As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência. **c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BCEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) Títulos disponíveis para a venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **e) Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. **f) Permanente:** O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de 05 anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos. **g) Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **h) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e a contribuição social foram constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro líquido, e ajustado conforme legislação fiscal. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN que determinam que as instituições financeiras devam atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: (i) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o semestre em referência. (ii) Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financiadora reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem basicamente: De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores Jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprevisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **j) Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financiadora incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financiadora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4) Caixa e equivalentes de caixa:		2015	2014
Disponibilidades (a)		448	409
Títulos e valores mobiliários (b)		25.403	14.802
Total		25.851	15.211

As disponibilidades são representadas por depósitos bancários. b) Em 30 de junho de 2015, a Financiadora possuía somente cotas de fundo de investimento referenciado DI (Depósitos Interfinanceiros), classificadas como "mantidos para negociação" sem vencimento, administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Federal e registradas pelos seus valores de mercado, no montante de R\$ 25.403 (R\$ 14.802 em 2014). O valor das cotas dos fundos são disponibilizadas pelos respectivos administradores, que levam em consideração informações de mercado ou modelos de precificação para o cálculo destas. Em 30 de junho de 2015 e 2014, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros e derivativos. **5) Operações de crédito:** As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através do Cartão Verdecard, Cartão Sagacred, crédito pessoal, CDC e antecipação de recebíveis. A rubrica de "outros créditos" refere-se a títulos com característica de concessão de crédito e operações recebidas em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A. e Lojas Quero-Quero S.A., ainda não faturadas e/ou não vencidas. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e valores individuais envolvidos. **a) Composição das operações de crédito:**

	2015	2014
Sétor Privado	87.176	65.164
Empréstimos e antecipação de recebíveis	61.795	73.115
Financ. CDC	4.993	7.801
conc. de cré. de	(27.712)	(25.134)
Total	126.252	120.946

b) Composição da carteira por vencimento: As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

Vencimento	Emprest. e antecip. de recebíveis	Financ. CDC	c/carac. de conc. de cré. de	Total	Total
Vencidos	-	-	-	-	-
A partir de 15 dias	18.256	7.714	4.659	30.629	27.203
A vencer:					
até 3 meses	42.244	25.456	334	68.034	61.421
de 3 a 12 meses	25.311	25.789	-	51.100	51.759
de 1 a 3 anos	1.365	2.835	-	4.200	5.688
após 3 anos	-	1	-	1	-
Total da carteira	87.176	61.795	4.993	153.964	146.080
Prov. p/cred. de liq. duvid. - curto prazo	(5.106)	(2.206)	(13)	(7.325)	(6.084)
Prov. p/cred. de liq. duvid. - longo prazo	(12.109)	(5.207)	(3.071)	(20.387)	(19.050)
Total prov. p/cred. de liquidação duvid.	(17.215)	(7.413)	(3.084)	(27.712)	(25.134)
Total líquido	69.961	54.382	1.909	126.252	120.946

c) Composição da carteira de operações de crédito: Nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Operações de crédito em 2015		Provisão em 2015				
Emprest. e antecipação	Outros créditos	Minima	Total			
de receb. CDC	c/característica de conc. de crédito	(Res.nº2.682/99)	em R\$			
Nível A	48.097	43.632	255	91.984	0,5%	460
B	5.115	5.260	506	10.881	1,0%	109
C	6.080	2.267	353	8.700	3,0%	261
D	5.564	1.752	352	7.668	10%	767
E	4.706	1.284	301	6.291	30%	1.887
F	3.793	1.455	327	5.575	50%	2.787
G	3.148	1.196	404	4.748	70%	3.324
H	10.673	4.949	2.495	18.117	100%	18.117
Total	87.176	61.795	4.993	153.964		27.712

Operações de crédito em 2014

Emprest. e antecipação		Outros créditos		Provisão em 2014		
de receb. CDC	c/característica de conc. de crédito	Minima	Total	em R\$	Total	
Nível A	37.598	55.476	669	93.743	0,5%	469
B	3.725	4.988	648	9.361	1,0%	94
C	4.365	1.686	529	6.580	3,0%	197
D	4.285	1.179	398	5.862	10%	586
E	3.536	1.048	383	4.967	30%	1.490
F	2.759	999	418	4.176	50%	2.088
G	2.284	1.147	505	3.936	70%	2.755
H	6.612	6.592	4.251	17.455	100%	17.455
Total	65.164	73.115	7.801	146.080		25.134

Durante o semestre os créditos renegociados totalizaram R\$9.634 (R\$ 9.937 em 2014), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 14.084 (R\$ 13.095 em 2014) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 2.451 (R\$ 2.669 em 2014). **d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	2015	2014
Saldo inicial	24.517	23.174
Constituição/reversão de prov. para créditos liquidação duvidosa	17.279	14.554
Saldos baixados contra prejuízo (a)	(14.084)	(13.095)
Saldo final	27.712	25.134

(a) Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na nota 3.d.

e) Outros créditos - diversos:

	2015	2014
Adiantam. e antecipações salariais	28	11
Adiantam. por conta de imobilizado (a)	142	-
Valores a rec. de sociedades ligadas (Nota 15 a)	511	2.110
Créditos tribut. de impostos e contribuições (b)	5.521	5.244
Devedores por depósitos em garantia (c)	40	40
Devedores diversos - país (d)	137	80
Total	6.379	7.485

(a) Refere-se a aquisição de equipamentos e licenças para a implantação de um novo sistema de cobrança. (b) Refere-se ao imposto de renda e a contribuição social diferido, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. Seu registro está suportado pelo histórico de lucros tributáveis dos últimos (3) três exercícios sociais. Vide maiores informações na nota explicativa 10.(b). (c) O valor de devedores por depósitos em garantia refere-se a depósitos judiciais por interposição de recursos por exigências legais. (d) O valor de devedores diversos país refere-se a créditos a receber em D+2 das parcerias conveniadas e SPF a receber do Icatu Seguros S/A. **7) Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos:** Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas à taxas que variam de 105% a 115% do DI (Depósitos Interfinanceiros), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2015	2014
A vencer até 3 meses	-	46.943
A vencer de 3 a 12 meses	6.878	8.156
A vencer de 1 a 3 anos	121.761	58.708
Total	128.639	113.807

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

>>> continuação)

	2015	2014
14) Despesas tributárias:		
Programa de integração social (PIS)	Alíquota 0,65%	302
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.858
Imposto sobre serviços (ISS)	2,00%	52
Total		2.212

15) Transações com partes relacionadas: Em 30 de junho de 2015 e 2014 os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas considerando o volume das operações e prazos de pagamentos, são os seguintes:

	2015						
	Verde Adm. Via Certa	Cartões Adm. de Via Certa	Particip.	Pessoas Físicas	Total		
Ativo	Lojas Quero-Quero	Cartões Créd. Consórc.	Particip.	Pessoas Físicas	Total		
Valr. receb. (a)	25	486	-	-	511		
Operações de Crédito (Passivo)	5.078	-	-	10	5.088		
Rec. aceites camb. (b)	-	(1.830)	(784)	(117.033)	(119.647)		
Desp. adm. pagar (c)	(1.031)	(258)	-	-	(1.289)		
Resultado							
Rec. aceites camb. (b)	-	(30)	(162)	(7.382)	(7.574)		
Rec. seg. prof. financ. (c)	170	-	-	-	170		
Despesas admin. (d)	(16.492)	(2.147)	-	-	(18.639)		
Receita Operaç. de Créd.	38	-	-	1	39		
	Luar Partic. Invest. e Serv S/A	AAA Part. Invest. e Serv S/A	Scholze Corp S/A	Incorp & Emp. Ltda	Metalurg. Hammer Ltda	Total	
(Passivo)							
Rec. aceites camb. (b)	(2.769)	(276)	(742)	(429)	(15)	(4.231)	
Resultado							
Rec. aceites camb. (b)	(180)	(9)	(53)	(9)	(1)	(252)	

	2014						
	Verde Adm. Via Certa	Cartões Adm. de Via Certa	Particip.	Pessoas Físicas	Total		
Ativo	Lojas Quero-Quero	Cartões Créd. Consórc.	Particip.	Pessoas Físicas <td>Total</td> <td></td> <td></td>	Total		
Valores a receber (a)	21	2.089	-	-	2.110		
(Passivo)							
Rec. aceites camb. (b)	-	(723)	(740)	(103.744)	(105.207)		
Desp. admin. pagar (c)	(1.915)	-	-	-	(1.915)		
Cont. pagar-repas. (d)	-	(831)	-	-	(831)		
Resultado							
Rec. aceites camb. (b)	-	(57)	(81)	(5.374)	(5.512)		
Despesas admin. (c)	(18.939)	-	-	-	(18.939)		

(a) Valores a receber referente a liquidações de operações de crédito do último dia do semestre a serem repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira; (b) Captações

através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2015 e 2014; (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 05/10/2015, onde a utilização de base de clientes, canais e da infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira; (d) Contas a pagar - repasses referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito realizadas no último dia do semestre a serem repassados em D+1. **Remuneração dos administradores:** No semestre findo em 30/06/2015, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

	2015	2014
Remuneração	286	260
Encargos sociais	64	59
Total	350	319

16) Outras informações: a) Não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. b) Conforme Lei 7.492/86 e Lei 9.613/98, não foi concedido financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. c) O valor das contingências possíveis não provisionadas contra a Financeira totaliza em 30/06/2015 o montante de R\$ 349, referente a 68 processos cíveis e tributários (R\$ 15 em 2014), referente a 30 processos cíveis e tributários. **17) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: a) **Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. O relatório descrito do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. b) **Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. c) **Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira encontra-se mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições atendendo assim a Resolução CMN nº 3.721/2009. d) **Gerenciamento de Capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN 3988/2011 e prevê procedimentos para aprovação do Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e referências genéricas periódicos sobre a adequação de capital. e) **Risco de Liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. A administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 30 de junho de 2015, não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não efetuou cessões de crédito no período divulgado. **18) Limite Operacional (Acordo da Basileia):** Em 30 de junho de 2015 a

Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 12,63%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 11% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3444/07 e nº 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui Capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resol. 2.697/99.

a) Cálculo do Índice de Basileia:

	Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia	
	2015	2014
Patrimônio líquido	24.542	26.262
B - patrimônio de referência para fins de limites operacionais	24.542	25.741
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (rwacpad)	12.323	13.069
2 - Risco de mercado (rwapad)	-	-
3 - Risco operacional (rwapad)	8.769	11.402
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3)	21.092	24.471
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operaç. sujeitas à variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação	279	189
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D")	3.171	1.081
F - Total das exposições sujeitas à ponderação de risco	21.371	24.660
G - Total das exposições ponderadas pelo risco	21.371	24.660
H - Capacidade de alavancagem: ("E" *100)/11	28.827	9.827
I - Índice de basileia: ("B"/("C"/0,11))*100	12,80	11,57
J - Índice de basileia amplo: ("B"/("C"/("D"/0,11))*100	12,63	11,48

b) **Limites Operacionais:** O Banco Central estabeleceu conforme Circular nº 3.686/2013 os procedimentos para apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares. Em 30/06/2015 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

	Exigência (Exigência/Limite)	Situação	Margem
30/06/2015			
Compatibilização do PR com o PRE	21.371	24.542	3.171
Imobilização	12.270	647	11.623
30/06/2014			
Compatibilização do PR com o PRE	24.660	25.741	1.081
Imobilização	12.871	932	11.939

19) Outras Informações: Em 21/05/2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável com vigência a partir de 01/09/2015, entretanto, ainda requer a aprovação pelo Congresso Nacional, para ser convertida em lei e seus respectivos impactos serão refletidos contabilmente a partir da entrada em vigor. Os efeitos estimados dessa mudança de alíquota, considerando as informações na data-base de 30/06/2015, são positivos por volta de R\$ 311.

Wilmar Hammerschmitt Presidente	Adelar José Diel Contador CRC/RS 062617.	Moacir Carlos Engelmann Diretor de Operações
Fábio Von Groll Diretor Adm. e Financeiro		Ademir Rogério Diel Diretor de Negócios

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Santo Cristo - RS. Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2015, não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não efetuou cessões de crédito no período divulgado. **18) Limite Operacional (Acordo da Basileia):** Em 30 de junho de 2015 a

auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2015, não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não efetuou cessões de crédito no período divulgado. **18) Limite Operacional (Acordo da Basileia):** Em 30 de junho de 2015 a

razionalidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, os internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de demonstrações financeiras acima referidas apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras da Via Certa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 26/08/2015.

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS041241/O-2

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014426/F-7

